



**“O CONTO DA AIA” – QUANDO REALIDADE E FICÇÃO APROXIMAM-SE:
MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS E AS
IMPLICAÇÕES DO ANTIFEMINISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA**

**“THE HANDMAID’S TALE” I WHEN REALITY AND FICTION APPROXIMATE:
MINISTRY OF WOMEN, FAMILY AND HUMAN RIGHTS AND THE
IMPLICATIONS OF ANTIFEMINISM IN BRASILIAN POLICY**

Gabriela Felten da Maia¹

Nicole Garske Weber²

“[...] Era boa oradora, sabia fazê-los. Seus discursos eram sobre a santidade do lar, sobre como as mulheres deveriam ficar em casa. Ela mesmo não ficava, em vez disso, Serena Joy fazia discursos, mas apresentava essa sua falha como um sacrifício que estava fazendo pelo bem de todos.

[...]

Ela não fazia mais discursos. Tornou-se incapaz de falar. Fica em casa, mas isso não lhe parece fazer bem. Como deve estar furiosa agora que suas palavras foram levadas a sério” (ATWOOD, 2017, p. 58).

RESUMO: O cenário político brasileiro e a ascensão da obra O Conto da Aia, de Margaret Atwood, casam perfeitamente neste momento. O entrelaçamento da ascensão de grupos de extrema direita ultraconservadores na política, com uma ministra pastora apropriada de um discurso machista e fundamentalista, embasada pelo ‘divino’ e justificando sua capacidade com ‘mestrados bíblicos’, promete ser o grande alerta de despertar à vigilância pelos direitos conquistados pelo movimento feminista. Na primeira parte do presente artigo, vislumbra-se a postura do

¹ Doutoranda em Antropologia Social, bolsista CAPES, integrando do Núcleo de Estudos em Antropologia e Cidadania, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências Sociais. Pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Formação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria. Professora e Ativista feminista. E-mail: gabryelamaia@gmail.com

² Mestranda em Direito com Bolsa CNPq na área de concentração em Direitos Sociais e Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Integrante do grupo de pesquisas Direito, Cidadania & Políticas Públicas, coordenado pela Prof. Pós-Dra. Marli M. M. da Costa, ligado ao PPGD/UNISC, certificado pelo CNPq. Conselheira Municipal do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Mulheres (CMDM) de Santa Cruz do Sul. Membro da Comissão Especial da Mulher Advogada – OAB/RS Subseção de Santa Cruz do Sul. Advogada. Ativista feminista. E-mail: nicoleweber@mx2.unisc.br



antifeminismo pela política de extrema direita, enquanto na segunda parte expõe-se a metamorfose do Ministério de Direitos Humanos, bem como na terceira reflete-se acerca de Damares e as implicações do discurso político-teológico na política para mulheres. Adotou-se uma abordagem histórica-crítica e a técnica de pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que é de um retrocesso e contradições inegáveis a manutenção de discursos antifeministas, ao que tange a mulher brasileira no espaço público. Remeter à mulher ao ambiente privado é negar-lhe a igualdade, autonomia, liberdade e proteção.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência política. Direitos Humanos. Feminismo. Gênero. O conto da aia.

ABSTRACT: The Brazilian political scene and the rise of Margaret Atwood's *The Handmaid's Tale* are perfectly matched at this time. The intertwining of the rise of ultraconservative extreme right-wing groups in politics, with an appropriate pastoral minister of a macho and fundamentalist discourse, based on the 'divine' and justifying its capacity for 'biblical masters', promises to be the great alert of awakening vigilance by rights won by the feminist movement. In the first part of this article, the anti-feminist stance is seen by extreme right politics, while the second part exposes the metamorphosis of the Ministry of Human Rights, as well as the third is reflected on Damares and the implications of discourse political-theological dimension in women's politics. We adopted a historical-critical approach and the technique of bibliographic and documentary research. It is concluded that it is a setback and undeniable contradictions to the maintenance of anti-feminist discourses, to what Brazilian women in public space. To refer women to the private environment is to deny them equality, autonomy, freedom and protection.

KEYWORDS: Feminism. Gender. Human rights. Political science. *The Handmaid's Tale*.

INTRODUÇÃO



As desigualdades entre homens e mulheres no âmbito da sociedade brasileira ainda são numerosas e envolvem o acesso a direitos humanos, oportunidades econômicas, participação política e influência na tomada de decisões. O tema do presente artigo corrobora perfeitamente ao momento vivido, não somente pelas mulheres do Brasil, mas do mundo, quando explora o avanço de uma política antifeminista diante do processo de emancipação do gênero feminino através da abordagem e olhar da *Advocacy Feminista*.

O Brasil, especialmente, com o advento de um governo ultradireita conservador, acompanha um movimento mais amplo de combate às políticas de gênero e sexualidade a partir do ataque ao que chamam de “ideologia de gênero”. O resultado foi a transformação do Ministério de Direitos Humanos em Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, chefiado por uma mulher que é também pastora. O atual governo de forte vínculo com os interesses de grupos religiosos, neoliberais e conservadores laicos, pautou sua campanha na agenda moral, defendendo a família, as crianças e a nação.

Como se a vida imitasse a arte, a obra ficcional “O Conto da Aia”, de Margaret Atwood, nos traz as consequências da ascensão de um governo religioso e antifeminista na vida das mulheres e das dissidências sexuais e de gênero. A obra de 1985, trazida para a teledramaturgia através da série premiada *The Handmaid’s Tale*, não tem obtido tanta visibilidade e sucesso sem motivos legítimos. Por isso, traça-se paralelos entre a vida e a arte para que se pense acerca da configuração antifeminista no Brasil.

Ao passo que as mulheres nas últimas décadas têm conquistado espaços antes predominantemente masculinos, diversas outras problemáticas ainda não foram superadas – ou mesmo surgiram – simultaneamente com estas conquistas. Embora tenha se construído um discurso que as conquistas femininas foram decorrência de concessões governamentais (e num histórico de governos masculinos, seriam concessões dos homens para as mulheres), a luta de mulheres foi - e ainda é - o grande vetor para as mudanças sociais. Dessa forma, a presente discussão tem como problema: quais são as implicações políticas que surgem na vida da mulher brasileira moderna pautadas pelo discurso antifeminista e conservador?



Adotando uma abordagem histórica-crítica, com fito de contextualizar e compreender a questão de gênero localizada no espaço e no tempo, reflete-se sobre os acontecimentos, os processos e as instituições do passado para verificar a sua influência na realidade de hoje. Por sua vez, a técnica de pesquisa foi bibliográfica e documental.

1 ANTIFEMINISMO E ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA COMO PARADIGMA POLÍTICO

Já há alguns anos tem-se observado manifestações em diversos países europeus e latino-americanos contra o casamento civil igualitário e campanhas anti-gênero, contestando as discussões sobre igualdade de gênero e diversidade sexual e de gênero como propostas para uma educação para os direitos humanos. No Paraguai, em 2011, registrou-se contestação da direita católica durante as discussões sobre o plano nacional de educação. No Brasil, no mesmo ano, aconteceram campanhas contra um material didático desenvolvido para o Programa Brasil sem Homofobia, que ficou conhecido como “kit gay”. Desde 2014, os ataques intensificaram em diversos países, influenciando o debate sobre gênero e sexualidade na educação, presente nos planos de educação em nível nacional, estaduais e municipais, no Brasil e impactando decisivamente o plebiscito do acordo de paz com a FARC, na Colômbia, em 2016.

Esse discurso opera a partir do que se chama de “ideologia de gênero”, considerada arbitrária, antinatural e anticristã, portanto, perigosa e que deveria ser combatida porque se constituiria em uma ameaça às famílias, aos jovens estudantes e à nação. Essa luta contra tal ideologia de gênero tem desempenhado um papel importante no debate público e legislativo sobre a descriminalização do aborto, direitos reprodutivos, o direito ao casamento civil igualitário entre pessoas do mesmo gênero, a adoção homoparental, igualdade de gênero, violência de gênero, educação sexual, políticas antidiscriminação e a formulação de políticas educacionais voltadas aos direitos humanos com enfoque em gênero e sexualidade. Articulando-se em formas distintas de combate essa retórica readapta um inimigo da Guerra Fria – o comunismo – aparecendo agora gênero como uma



ideologia ateu-marxista, castro-chavista –movimentos como feminismo e LGBT+ são alçados a inimigos para mobilizar a população.

O feminismo como movimento que busca transformar as relações de poder tem sido combatido através do ativismo de grupos religioso católicos e/ou evangélicos, laicos, pessoas engajadas por razões éticas, morais e/ou políticas, articulados por uma gramática política que visa combatê-los. Essa batalha não é nova, como demonstra Faludi (1991), porque a hostilidade contra a independência das mulheres sempre esteve presente e aparecem de forma mais aguda em algumas épocas a partir da percepção de que avanços estão acontecendo, incômodo que é interpretado pelos homens que se veem “confrontados com ameaças reais ao seu bem-estar econômico e social em outros campos – como algo que iria levá-los à ruína (FALUDI, 1991, p. 18).

Faludi (1991) e Davis (2016) demonstram como uma ideologia antifeminista trabalha contra as mulheres e coopta a luta por direitos para evitar transformações mais gerais, como a libertação da população negra, a luta por direitos trabalhistas e o sufrágio feminino nos séculos XIX e XX. Reações, portanto, causadas pela mínima possibilidade da supremacia masculina e branca ser ameaçada diante das melhorias de condições de vida da população. Nos anos 70 e 80, nos Estados Unidos, representou uma série ações articuladas por atores diversos que apresentavam o feminismo como um problema às mulheres ao retirarem aquilo que as definiria, um homem, a família e filhos, e levou a retirada de financiamento público e não aprovação às diversas políticas de igualdade de gênero e combate à violência. Mas é na década de 90, que um cenário marcado por conflitos de interesse e manobras políticas começa a se produzir internacionalmente antagonizando-se ao debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos.

A década de 90 é um marco de inflexão no reconhecimento internacional dos direitos à equidade de gênero e diversidade sexual, a partir das conferências internacionais no Cairo, em 1994, e Pequim, em 1995. Esse período também marca uma mudança na agenda estratégica e organizativa no movimento feminista internacional quando se passa a desenvolver projetos e ações voltadas, por exemplo, ao desenvolvimento de políticas públicas, como o acesso à saúde sexual e reprodutiva e o uso da categoria gênero como transversal para pensar as



“ideologia de gênero”, na busca por limitar as transformações promovidas pelos movimentos feministas e LGBT. Esse debate saiu do campo religioso para ampliar-se entre diferentes atores e setores não necessariamente relacionados ao campo religioso que participam ativamente da produção narrativa sobre os perigos de uma possível doutrinação feminista.

A mudança estratégica pode ter correlação com o incremento no debate público estabelece novas formas de atuação política a partir da conformação de uma rede heterogênea de atores que operam por meio de táticas polimorfas e plurais, como a aliança a setores neoconservadores que se apresentam como uma reação ao Estado de Bem-Estar Social e o intervencionismo estatal característico. A conexão com as estratégias antifeministas que acionam o gênero como um inimigo articulam-se com discursos antigos anticomunistas em uma disputa de hegemonias, em que diferentes grupos representando interesses diversos se colocam no campo político na luta pelo poder das instituições, como o Estado (ALMEIDA, 2018; TOITIO, 2016).

As consequências para a vida das mulheres pode ser observada de diferentes formas quando a discussão sobre enfrentamento à violência de gênero vivida pelas mulheres (machismo, lesbofobia e transfobia) a partir da educação são freadas sob a alegação de que discutir gênero implicará em destruição da ordem social; do mesmo modo, uma série de projetos de leis são apresentadas e reabertas no legislativo brasileiro a fim de modificar as formas de atendimento às mulheres nas formas autorizadas legalmente para realização do aborto. Por isso, compreender o avanço da agenda moral como um caminho para a extrema direita pudesse reconquistar espaço e uma base social perdida com as políticas sociais e de direitos humanos torna-se crucial para compreender a relação entre neoconservadorismo, neoliberalismo e o ativismo anti-gênero e antifeminista presente em nosso país.

2 BRASIL X REPÚBLICA DE GILLEAD: A METAMORFOSE DO MINISTÉRIO DE DIREITOS HUMANOS

É possível afirmar que a história da humanidade é uma história patriarcal, mas não exclusivamente masculina. A história está cheia de exemplos de mulheres que lutaram pelos seus direitos, reivindicações que não foram simplesmente



concedidas pelos homens às mulheres. Por isso, a necessidade de se estudar o movimento feminista e suas conquistas, de maneira a reinterpretar a história. A absorção e reprodução da subordinação feminina pelas próprias mulheres foram fundamentais para que a organização patriarcal se fundasse no seio da grande maioria das sociedades ocidentais. O mundo, porém, não é ou era igualmente patriarcal. O poder dos pais, irmãos, maridos e filhos adultos, ainda que tenha predominado em toda parte, de fato possuía aspectos e características diferentes entre as classes e culturas (THERBORN, 2006).

A mesma autora admite que as principais civilizações ocidentais negligenciaram a mulher, principalmente quanto a seus direitos (THERBORN, 2006). Exemplo disso é que, por longos anos, elas eram tidas como propriedades de seus maridos, os quais detinham amplos e irrestritos poderes sobre elas. A esse respeito, esclarece Penido (2006) que o patriarcado é uma forma de organização e dominação social, cuja autoridade está centrada no patriarca de uma comunidade familiar-doméstica. Esse sistema institucionaliza e legitima o domínio masculino sobre as outras parcelas sociais: as mulheres (pelo marido) e as crianças (pelo pai).

Essa compreensão deve ser articulada com uma análise em que há a presença de tipos de dominação na forma do Estado, isto é, que a autoridade não é restrita ao doméstico e familiar (CASTRO; LAVINAS, 1992), aspecto que observamos em nossa sociedade ocidental contemporânea capitalista. Feministas radicais e marxistas propuseram ampliar essa discussão para compreender que o poder político e econômico não possui a marca familiar e independente do Estado, sendo necessário refletir sobre as formas de dominação-exploração, em que o processo de sujeição de uma categoria social possui tanto uma dimensão política quanto econômica (SAFFIOTI, 2004) e se sustenta a partir da constituição de uma ideologia da feminilidade que acompanhou o processo de ascensão capitalista em diferentes países e teve consequências para a vida das mulheres burguesas, operárias e negras (DAVIS, 2016).

Nesses termos, as mulheres por muito tempo viveram situações de opressão ratificadas pelo Estado, na medida em que seus direitos (sua ausência) estiveram à mercê daqueles que até então eram os únicos detentores deste poder - os homens - os quais reuniam forças para manter essa situação de dominação. No



Brasil, a Proclamação da República pode ser entendida como o início do surgimento de novos modelos do feminino:

Esse período promoveu intensas transformações e remanejamentos nas elites que vinham se configurando no decorrer do século XIX. Muitas das imagens idealizadas das mulheres sofreram mudanças e intensificações por conta das transformações que se operaram com a Proclamação da República. (PEDRO, 2012, p. 291).

A obra “O Conto da Aia” de Margaret Atwood vislumbra uma distopia, a ideia de um país, República de Gilead, cuja Constituição fora suspensa e substituída pela Bíblia levada ao pé da letra, e que cerceou a vida das mulheres a ponto de serem reduzidas à sua função biológica de reprodução, faz-se assombrosa e quase inimaginável diante do imaginário ocidental construído sob os ideais de nação e liberdade.

Uma sociedade na qual a infertilidade se tornou um problema social; as mulheres não trabalham, não leem e não têm direito à propriedade privada; as aias reproduzem os filhos dos Comandantes por uma espécie de estupro legalizado, ocorrido entre os joelhos das esposas dos Comandantes; professores universitários, médicos e a população LGBT (no livro, chamados de “traidores de gênero”) são enforcados; o tempo cronológico foi suspenso; o dinheiro, substituído por fichas com figuras que representam os objetos pelos quais podem ser trocados, todos estes fatores causam um estranhamento tão grande, que é compreensível o sucesso atual da obra (de 1985) e da adaptação para série *The Handmaid’s Tale*, ante uma possível comparação da ficção com a realidade política da extrema direita aproximando-se com seus valores morais ‘cristãos’.

Interessante refletir acerca desta religião de dominação entre os sexos, que insiste em perdurar, mesmo que o primeiro tipo de organização social fora o matriarcado, quando a mulher era a base da família, ocupavam as mais altas posições sociais de sacerdotisas e juízes, resumindo: as mulheres, na antiguidade não eram excluídas do culto.

Provaremos, portanto, em sumária e despreziosa análise, o fundamento da asserção exposta: a Igreja romana é, conseqüentemente, a que mais tem humilhado o sexo feminino. [...] As muitas e variadas expressões de ódio inspiradas aos santos pela mulher, são impagáveis preciosidades históricas. Santo Antonio, declama: ‘Maldita aquela que me impediu de nascer no paraíso terrestre! Quando virdes uma mulher, crede que tendes na vossa presença, não um ser humano, não um animal feroz, mas o *diabo em pessoa*’ (COELHO, 2002, p. 55).



Já a análise de Beauvoir (1983) pode ser aplicada ao caso brasileiro quando afirma que as classes sociais que as mulheres mais gozavam de autonomia econômica eram as classes oprimidas, como trabalhadoras, porém nessa condição eram mais escravas que os trabalhadores, recebiam salários ínfimos e tinham uma jornada de trabalho muito mais longa. Já nas classes dirigentes, as mulheres eram totalmente submissas e dependentes de seus maridos ou pais. Independentemente da classe ou condição social, a ação e reivindicação de direitos era-lhes quase impossível. Se considerarmos o recorte de raça, como demonstra Davis (2016), a relação entre gênero, raça e classe coloca em evidência o modo como a dinâmica de opressão está entrecruzada entre patriarcado, capitalismo e racismo, produzindo experiências múltiplas de opressão entre as mulheres.

Em um sistema político de dominação religiosa, como Gillead, as formas de opressão atingem diferentemente às mulheres, como se observa pela divisão entre as esposas, as aias e as martas. A distopia produz, com efeito, posições que são marcadas pela classe e que visam a reprodução social, na medida em que cada uma ocupa um lugar doméstico, sexual e reprodutivo.

O antigo Ministério dos Direitos Humanos e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República – a qual também tinha status de Ministério – foram reduzidos e reformulados como Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, liderado por uma pastora com falas discriminatórias e mal embasadas, desconfigurando o próprio propósito de existir do Ministério de Direitos Humanos. Até o dado momento, nada sabe-se de políticas efetivas – ou mesmo existentes – provindo desta pasta federal, contudo, o retrocesso assusta.

3 DAMARES, A SERENA JOY DA NÃO FICÇÃO: AS IMPLICAÇÕES DO DISCURSO POLÍTICO-RELIGIOSO E ANTIFEMINISTA

A mulher nasceu para ser mãe, é o papel mais especial da mulher.

Me preocupo com a ausência da mulher de casa.

Como eu gostaria de estar em casa, toda tarde numa rede, me balançando e o meu marido ralando muito, muito, muito



para me sustentar e me encher de joias e presentes. Esse seria o padrão ideal da sociedade.

As feministas [estão] levantando uma guerra entre homens e mulheres.

(Damares, 8 de março de 2018, em entrevista para um site do Rio Grande do Norte, o Expresso Nacional).

As declarações da Ministra Damares Alves deixam claro a concepção de gênero e de mulher que opera o seu trabalho e as políticas que serão desenvolvidas pelo ministério nos próximos anos. Acionando noções de natureza, biologia e raça humana a ministra deixa claro que o destino da mulher é a biologia: mulher é aquela que nasceu com útero, nasceu para ser mãe enquanto homem é protetor, provedor e cuidador. Em razão disso, apresenta os estudos de gênero como uma furada por afirmar que masculinidades e feminilidades são construções histórico-culturais. Como destaca, as diferenças entre homens e mulheres são postas na natureza, por isso, não são iguais porque uma mulher não carrega saco de cimento nas costas. Por isso, afirma que uma discussão de gênero na educação, ao desfazer a ideia de diferenças e fragilidade das mulheres e, assim, “no momento em que coloco a menina igual o menino na escola, o menino vai pensar: ela é igual, então pode levar porrada. Não, a menina é diferente do menino. “[...] Vamos tratar meninas como princesas e meninos como príncipes” (Damares em entrevista realizada em 11/12/18).

As declarações da ministra mostram uma mal disfarçada ideologia de gênero que reitera às diferenças hierárquicas entre homens e mulheres, bem como da cisheteronormatividade que segue o alinhamento de uma matriz que opera por binarismos: vagina-mulher-feminilidade-maternidade, pênis-homem-masculinidade-paternidade. Os corpos são naturalmente heterossexuais e cisgêneros nessa concepção da ministra, evidenciando quais identidades de gênero e sexuais são público-alvo das políticas públicas e, portanto, terão direito à existência e inteligibilidade.

Há décadas os debates das diferentes perspectivas feministas vêm discutindo os processos sociais e históricos que produzem uma dinâmica social hierárquica e desigual com base nas relações de gênero que constituíram a mulher como o Outro,



lócus da passividade, da emoção, da irracionalidade, enquanto ao masculino foi localizado o acesso à razão e, conseqüentemente, ao poder (BEAUVOIR, 1983; SORJ, 1992; PISCITELLI, 2002; MARIANO, 2005). Essa discussão possibilitou que o alinhamento entre sexo e gênero fosse questionado e, desse modo, a formulação de que a biologia é a determinante do destino das mulheres. A célebre frase de Beauvoir (1983), não se nasce mulher, torna-se, deixa claro que ser mulher é resultado de relações complexas e multifacetadas histórica e culturalmente constituídas. A mulher enquanto categoria de gênero está muito mais atrelada à construção social do que se atribuiu ao “ser mulher” do que ao sexo determinado no nascimento.

O gênero, portanto, foi cunhado pelas feministas americanas, com intuito de enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo (DIAS; COSTA, 2013). O uso de tal termo possibilita uma análise das identidades feminina e masculina, sem reduzi-las ao plano biológico, o que suscita que tais identidades estão sujeitas a influências dos valores dominantes em cada período histórico, pois, como destacam Connel e Pearse (2015), não corresponde à dicotomia homem/mulher, vincula-se, isso sim, a construções socioculturais, históricas e políticas de uma sociedade.

O ativismo de mulheres lésbicas, negras, trans e dos países que foram colonizados colocaram novas questões a esse debate, colocando-o em outro nível: já não se tratava mais de pensar a mulher enquanto entidade universal, mas nas multiplicidades de formas de ser mulher que não se vinculavam necessariamente à feminilidade. A proposição de Beauvoir é levada às últimas conseqüências ao se indagar sobre as relações entre o sexo biológico e a construção da categoria social de mulher, promovendo uma ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero, questionando assim o alinhamento sexo, gênero e sexualidade, bem como a relação dicotômica da discussão feminista entre dois sexos e dois gêneros.

Nesse contexto, como afirma Butler (2008), procurou-se questionar a lógica binária entre feminino e masculino que reiterou o lugar pré-social do sexo, promovendo um fundacionalismo de gênero. Aquilo que poderia ser considerado como origem e causa das categorias de identidade, na realidade, são efeitos de



e impedir o avanço das transformações sociais que ativismos feministas há mais de três séculos vem tentando promover.

Esses ataques ao feminismo reedita o que Faludi destaca ter acontecido, entre os anos 70 e 80, com a ascensão da ideologia fundamentalista, através de governos de direita conservadora, nos Estados Unidos, quando o feminismo foi alçado como um mal às mulheres, associando aumento de adoecimento feminino à independência e da violência sexual à saída das mulheres do âmbito doméstico para o espaço público, como trabalho, política, etc. Damares, em 2013, aparece em um vídeo, vinculado no YouTube e exibido no Fantástico, dia 13 de janeiro de 2019, em que afirma que o movimento feminista manipula os dados para inflar o número de mortes causados pelo aborto no país e, assim, impor a cultura da morte, bem como as feministas seriam mulheres que não gostam de homens porque 'são feias'. Como Faludi (1991) apresenta, esse contra-ataque ao feminismo é às poucas e sofridas conquistas alcançadas pelo movimento feminista no âmbito dos direitos das mulheres seria um *backlash* que emerge mais intensamente de tempos em tempos quando há a mera possibilidade das mulheres atingirem a igualdade.

Qualificar o feminismo como inimigo das mulheres só disfarça os motivos do golpe contra a igualdade da mulher, desviando ao mesmo tempo a atenção do papel central do *backlash* e angariando recrutas para que lutem contra sua própria causa. (FALUDI, 1991, p. 18)

Os *backlashes* são, portanto, um sinal de que houve sucesso, porém ocorrem quando os avanços são ainda pequenos, antes que as mudanças sejam suficientes para ajudar a maioria das pessoas. No combate à ideologia de gênero o discurso que aciona o seu perigo à família, ao papel dos homens e das mulheres nas sociedades e as formas aceitáveis de administrar o desejo. Por isso, importantes figuras do Vaticano, como papa Bento XVI e Francisco, seu sucessor, utilizando categorias como revolução e insurreição, procuram indicar que as lutas feministas e pela diversidade sexual e de gênero são potencialmente destruidoras.

No ocidente, a Igreja Católica exerceu forte pressão sobre a submissão feminina. “O fundamento escolhido para justificar a pressão da mulher era simples: o homem era superior e, portanto, cabia a ele exercer a autoridade” (ARAÚJO, 2012, p. 46). No Brasil, o pensamento moral propagado pela Igreja Católica foi marcante no desenvolvimento social e cultural do país, contudo não foi unicamente a igreja a responsável pela dominação masculina, esse



pensamento/comportamento perpassa diversas instituições e reproduções culturais tais como Estado, mercado de trabalho, família, entre outras (PENIDO, 2006).

Damares parece não possuir aderência e credibilidade política e/ou discursiva, ao desrespeitar de forma integral a premissa do Estado laico, ainda afirmou “chegou a nossa hora, é o momento de a Igreja ocupar a nação. É o momento de a igreja dizer à nação a que viemos. É o momento de a igreja governar” (2019, <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/> online). Ainda ao que tange educação de gênero, soltou a famosa frase “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” (2019, <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>). A ministra é a própria personificação da contradição, quando afirma que o papel da mulher é na santidade do lar e servindo ao marido, enquanto ela é Ministra – detentora de espaço público e cargo de poder – e oradora fervorosa, percebendo sua autonomia, porém, chamando isto de ‘sacrifício pro um bem maior’, remetendo à personagem Serena Joy de O Conto da Aia, que numa similaridade chocante, pregava e fazia o mesmo.

Para figuras como as dos papas citados anteriormente, o feminismo em si mesmo não é o problema, senão que ideólogas de gênero são aquelas que usurpam a linguagem feminista para promover sua pauta, seria um excesso do feminismo, as feministas de gênero. Ao acionar a ideologia de gênero esse ativismo além de acentuar antagonismos entre feministas e ativistas LGBTIQ de um lado e cidadãos religiosos de outro, também promove uma distinção entre boas e más feministas, entre aquelas que buscam a equidade e as que se insurgem contra a condição natural do ser humano como biológico-criatura divina. As feministas lutam para melhorar as condições de vida das mulheres enquanto ideólogas de gênero pretendem que não haja distinção entre sexos e a relação da mulher com a família. Essa prática discursiva, portanto, constitui formas aceitáveis e democráticas de fazer a luta sobre a equidade entre homens e mulheres, sem questionar a diferença sexual.

[...] Essas condições, a meu ver muito importantes, são dificultadas por declarações como as dos senhores, pois para um homem ainda é muito mais fácil do que para uma mulher dar e conhecer suas opiniões e vê-las



respeitadas. Não tenho dúvidas de que, caso tais opiniões prevaleçam no futuro, continuaremos num estado de barbárie semicivilizada. Pelo menos é assim que defino a perpetuação do domínio de um lado e, de outro, da servilidade. Pois a degradação de ser escravo só se equipara à degradação de ser senhor (WOOLF, 2018, p. 51).

O presente trabalho, alinhado com a perspectiva de Woolf (2018), percebe nas declarações da ministra não uma negação de lutas como a violência contra as mulheres, o abuso sexual e o protagonismo das mulheres, desde que isso não leve a mudanças no *status quo*. Sua aliança com a igreja coloca a luta feminista como potencialmente perigosa pela possibilidade de mudanças estruturais que pode promover. Por isso, alinhada com uma política antifeminista o atual ministério se posiciona abertamente a favor de uma ideologia de gênero fundamentada na religião porque, como afirma Damares, “o Estado é laico, mas esta Ministra é terrivelmente cristã” e “agora os conservadores estão no poder”.

CONCLUSÃO

Deve-se compreender que esse contra-ataque constitui um “*backlash*”, na medida em que a intolerância aos avanços dos direitos e cidadania sexual estão presentes em nossa sociedade diante da possibilidade de mudança de uma ordem cisheteronormativa e sexista, mas manifestam-se de forma mais aguda diante de largos avanços legislativos de proteção às minorias sexuais e de gênero. Essa ofensiva implica sinal de que houve algum sucesso, ainda que pequeno, e, portanto, traz à tona esses *backlashes* antes que as mudanças possam ser suficientes para transformar a sociedade. Atualizando velhos mitos, produzindo pânico morais, a força desses *backlashes* está em acionar uma “profunda preocupação” com os riscos de uma ideologização que pode produzir novos sofrimentos e destruição da Nação, da sociedade e da família, homossexualizando e transexualizando crianças, ignorando dados reais de violação de direitos a grupos subalternizados.

Independente de partidarismos, tem-se, hoje, no Brasil, um presidente conhecido por suas frases machistas e que banalizam os direitos e o papel da mulher, desta forma, ao nomear a ‘contradição’ Damares Alves para o remanejado Ministério (que deveria englobar na verdade a Secretaria Especial de Políticas para



DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, F. V. COSTA, M. M. M. *Sistema punitivo e gênero: uma abordagem alternativa a partir dos direitos humanos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013

FALUDI, Susan. *Backlash: The Underclared War Against American Women*. New York: Three Rivers Press, 1991.

G1, GLOBO. *Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>> Acesso em: 29 mar 2019.

GIRARD, Françoise. Negociando los derechos sexuales y la orientación sexual en la ONU. In: PARKER, R.; PETCHESKY, R.; SEMBER, R. (Orgs.). *Políticas sobre sexualidad: Reportes desde las líneas del frente*. Ciudad de México: Sexuality Policy Watch, 2008. p. 347-398.

MARIANO, Silvana. Sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 278-321.

PENIDO, Laís de Oliveira. Legislação, equidade de gênero e cultura patriarcal brasileira: uma relação difícil. In: PENIDO, Laís de Oliveira (Coord.). *A igualdade de gêneros nas relações de trabalho*. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2006, p. 270-280.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) Mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos, v. 48. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002. p. 7-42.

RONDÓN, Manuel Alejandro Rodríguez. La ideología de género como exceso: Pánico moral y decisión ética en la política colombiana. Rio de Janeiro, *Revista Latino Americana Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 27, pp. 128-148, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e da pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos. Tempos, 1992. p. 15-23.

THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. Tradução de Elisabete Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

